

EDITORIAL

CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

Aparentemente todos estamos de acordo que Educação e Ciências Humanas caminham de mãos dadas. Contudo, uma observação ainda que superficial dos campi universitários pode ser motivo de muita reflexão e, sobretudo, de questionamento desta evidência. Não é raro ouvirmos declarações de docentes autodenominados "progressistas" gabando-se por terem reprovado porcentagem elevada de alunos, sob a alegação de que se trata de alunos com baixo nível cultural o que, muito frequentemente, é admitido pelos próprios discentes.

Sabemos que a interface ciência/ideologia é menos escamoteada nas humanas que nas exatas e biomédicas. Tal explicitação, entretanto, ao mesmo tempo que nos traz segurança também nos torna vulneráveis.

Traz segurança porque, ao nos permitir encarar a impossibilidade de nos livrarmos da ideologia, possibilita-nos tratar da mesma considerando seus vieses e evitando que ela seja predominante em nosso relatório de pesquisa.

Tornamo-nos vulneráveis, todavia, na medida em que nos esquecemos que o fato de ser humana e estar assumidamente interagindo com o aspecto ideológico que permeia toda e qualquer ciência não significa preocupar-nos menos com a objetividade, pois, para ser digna do nome ciência, requer, além da objetividade referida, a indispensável universalidade para o conhecimento que enuncia.

Todo o conhecimento, sabemos nós, é histórico. Vale dizer, o que os gregos produziram era reflexo de seu tempo e de sua cultura. O mesmo pode ser dito em relação aos romanos e a quaisquer outros povos.

Mas essa historicidade não invalida o aspecto de cientificidade do conhecimento. Ao contrário, essa consideração permite que nosso saber não se descole da realidade objetiva. Por outro lado, essa historicidade não deve levar ao risco oposto da relativização absoluta, nem à polarização althusseriana entre ciência e ideologia, isto é, o que é científico não pode ter nada de ideológico e vice-versa.

Assim sendo, lembramos que a Ciência, tal como a conhecemos hoje, não existia anteriormente ao Renascimento Cultural. Os saberes constituídos durante o medievo e que gozavam do status que tem hoje a Ciência eram a Filosofia e a Teologia. No interior daquela estava contido todo o conhecimento da physys. Mas, a partir de então e para dar mais força ao desideratum burguês

de conhecer a natureza para colocá-la a seu serviço, vai-se separando a Filosofia propriamente dita da *Philosophia Naturalis*.

É no século XVII, com Isaac Newton, que se dá, no dizer pouco próprio para certos pensadores, o “corte epistemológico” entre ciência e filosofia. Mas apenas dois séculos depois (Séc. XIX) as Ciências Humanas ensaiariam autonomia em seus primeiros passos.

Nessa época a Alemanha iniciou pela primeira vez a interação ensino/pesquisa, quando Alexander Von Humboldt foi reitor da Universidade de Berlim. E isto tinha como objetivo recuperar a distância tecnológica entre esse país e as duas locomotivas da primeira Revolução Industrial: França e Inglaterra. O sucesso foi tamanho que os demais países, inclusive Japão e Estados Unidos, adaptaram o modelo germânico.

Contudo, não basta investir no ensino universitário se o ensino básico não forma quadros para o preenchimento das vagas aí geradas. E o ensino básico tem gerado, em especial na escola pública, um produto de insipiente nível cultural.

Tais estudantes, na grande maioria oriundos da classe proletária, chegam à Universidade e são rejeitados por professores que se autodenominam “progressistas” e, freqüentemente, têm a mesma origem de seus alunos. Recusam-se ou não foram suficientemente preparados para tratá-los em conformidade com a história deles, a partir de seu nível cultural. O modelo de aluno que tais docentes desejam é o “padrão burguês” que pode freqüentar escola privada, embora no seu discurso digam-se favoráveis à escola pública, gratuita e de boa qualidade, embora no discurso façam opção pelos proletários.

À medida que a educação básica foi se deteriorando, a elitização do ensino de 3º grau agravou-se de forma perversa. Aqui na UFU, na década de 1980, diminuiu o número de alunos que necessitam trabalhar, ou seja, cujas famílias não podem mantê-los na escola. Ora, se isso acontece num período que produziu uma forte concentração da renda nacional, temos um sinal evidente de que estamos excluindo os de baixa renda. E estudos mostram que o fenômeno não é exclusividade de Uberlândia. Entendemos ainda que, para se concluir um curso universitário de qualidade é conveniente a dedicação integral do aluno. Contudo, a essa parcela da população, que não pode se dar ao “luxo”, estudar sem trabalhar, urge encontrarmos uma solução ao mesmo tempo viabilizadora de sua aspiração ao diploma universitário e de um ensino de qualidade. Devemos, para isso, trabalhar com a realidade que está posta e não com um modelo ideal, portanto não real. Isto é um desafio que a universidade precisa se por. A frustração do aluno que se evade pode ser procurada no tipo de aula que o mesmo recebe, no desempenho e qualificação do seu professor, nos recursos materiais da Instituição (laboratórios, biblioteca, etc.), quanto à possibilidade de se obter satisfação pessoal com o curso ou

formação integral enquanto cidadão, ainda sem esquecermos da questão da produção de novos conhecimentos.

Tal insatisfação pode resultar ainda da remota possibilidade em se conseguir um emprego satisfatório ao final do curso, quer pelos pequenos salários, no caso das licenciaturas, quer pela formação inadequada, que pode ser pressentida de modo generalizado.

A questão da formação docente está de tal forma desacreditada que os alunos das licenciaturas não se interessam pelas disciplinas pedagógicas. Preferem estudar o conteúdo da parte específica. Porém, quando forem professores, é provável que encontrem grande dificuldade no desempenho do magistério, justamente pela falta de conhecimento das teorias de aprendizagem, da didática, etc. Muitos cursos de licenciatura são direcionados para a formação do bacharel e não do licenciado. Tais cursos encontram-se em situação delicada porque eles não são procurados pelos alunos melhor preparados, mas pelos que não conseguiriam ingressar nas áreas de sua "vocação", ou sentem que não teriam chances de competir nelas. Em uma parte delas, os cursos não têm sequer inscritos em número suficiente para o preenchimento das vagas disponíveis. Em relação ao vestibular, não é este que determina a qualidade do ingressante. Então devemos atuar tanto ao nível da Escola quanto ao nível da Sociedade e do Estado para que o professor seja valorizado como profissão, o que implica não apenas propiciar-lhe uma formação adequada para sua prática futura, como também possibilitar-lhe um salário que lhe permita uma vida digna, o que deve ser convertido em moradia, alimentação, transporte, lazer e educação para seus filhos.

O vestibular não é o responsável ainda pela elitização do ensino universitário nem é instituição de seleção social. A seleção é feita pelo próprio candidato, fazendo com que alunos da elite disputem entre si as vagas em cursos também de elite, como Medicina e Odontologia; e da classe média para baixo a disputa se refira às vagas para os cursos noturnos, por exemplo.

Há quem acredite que a disputa por uma vaga, leva à maior preparação do candidato, mas, entendemos que essa disputa leva, entre outras variáveis, à seleção dos cursos, ou melhor dizendo, à escolha do curso pelo candidato em função de sua preparação, contudo, não influi na formação propriamente dita do vestibulando. Senão vejamos, o estudante oriundo de cursos noturnos, pelo fato de precisar trabalhar para se manter, tem no trabalho um empecilho a uma melhor preparação, conseqüência da distribuição da renda nacional e não de seu interesse pelo estudo.

Se a universidade deve buscar uma distribuição igualitária da liberdade, essa luta deve ocupar-se da distribuição de renda nacional, sem o que não se pode falar em igualdade, liberdade, democracia, a menos que se exclua parcela considerável da população dessa democracia. Mas isto não tem sido a democracia pela qual a Universidade tem se empenhado até

hoje no Brasil. A qualificação docente é outra variável a ser atacada, posto que a construção de um projeto de sociedade mais justa, deve contar com a participação de pessoas competentes não apenas técnica, mas também politicamente, não nos esquecendo de professores pedagogicamente preparados.

Uma vez que a maioria dos brasileiros vive à margem do desenvolvimento científico e tecnológico, para os quais a ciência é algo distante, a universidade deve comprometer-se com a situação dessa maioria, com seus problemas habitacionais, com a equalização de soluções para o transporte de massas, com a formação de professores qualificados e engajados com a luta pela libertação dessa maioria da população do Brasil.

Devemos perseguir um ensino que não seja repetitivo e, portanto, que vise a formação multidisciplinar do aluno para que este se comprometa com os problemas da realidade. Isso será possível se as Ciências Humanas produzirem pesquisas criativas, idéias novas, soluções originais.

Devemos considerar ainda que, à medida que nos distanciamos da Filosofia, o berço das ciências, fica-nos difícil a prática da abstração, a construção de explicações teóricas, sem as quais a produção do conhecimento queda-se estéril, tornando-nos presa fácil da explicação grotesca, da causalção ingênua, do determinismo primário.

Assim é que desde Augusto Comte precôniza-se o fim da Filosofia e mais recentemente o senhor Fukuyama decretou o fim da História. Creio que as Ciências Humanas em geral precisam repensar-se justamente aproximando-se da História e da Filosofia e não propondo-se a sepultar quem está com a saúde a cada dia melhor. E isso, nem que seja apenas para acatar os aspectos da metodicidade e da sistematicidade que devem estar presentes em todo e qualquer processo de produção do conhecimento científico.

Devemos ater-nos ainda ao fato de que uma nação só produz ciência forte se ela educar suas gerações mais jovens para prosseguir o trabalho das mais velhas. Trabalho que deve ter continuidade sem esquecermos que inovação e tradição, dialeticamente, caminham juntas, pois o movimento é produzido pela tensão entre elas.

E que a prática da democracia interna, calcada em análise objetiva da realidade, seja inspiração para a democracia externa a seus muros, o que exige a substituição da luta por privilégios corporativos pela luta em prol da efetiva democratização do acesso e da permanência na escola, em todos os níveis e por todas as camadas da população.

Geraldo Inácio Filho